



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS PARNAMIRIM

Rua Antônio de Lima Paiva, 155, Nova Esperança, PARNAMIRIM / RN, CEP 59143-455

Fone: (84) 4005-4108

EDITAL Nº 8/2025 - DG/PAR/RE/IFRN

20 de fevereiro de 2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

DISCIPLINAS: DIDÁTICA E MECÂNICA

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PARNAMIRIM DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições delegadas por meio da n.º 1.630/2023-RE/IFRN, de 27 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de setembro de 2023, TORNA PÚBLICO o Edital do Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção e a posterior contratação, por tempo determinado, de PROFESSOR SUBSTITUTO para atuar no ensino básico, na educação profissional de nível médio e no ensino superior e pós-graduação *lato sensu* objetivando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. O processo ocorrerá de acordo com as normas a seguir:

1. DAS VAGAS

1.1. São dispostas vagas de Professor Substituto da carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, distribuídas por Campus de lotação, Matéria/Disciplina, requisitos mínimos, regime de trabalho, remuneração e cadastro de reserva conforme o Quadro de Distribuição de Vagas, no ANEXO I deste Edital.

1.2. São atribuições do Professor Substituto as relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no âmbito dos campi do IFRN.

2. DA REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E OUTROS BENEFÍCIOS

2.1. A remuneração será feita de forma isonômica à remuneração da carreira, correspondendo à Classe Inicial A, nível 01, com carga-horária 40h semanais, sendo composta de: Vencimento Básico e, se for o caso, Retribuição por Titulação, conforme o quadro a seguir:

2.2. Os valores do item 2.1. estão de acordo com a atualização prevista na Medida Provisória Nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal, com efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2025, conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 1 - Remuneração dos professores substitutos de acordo com a titulação, conforme Medida Provisória Nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024.

TITULAÇÃO	VB (R\$)	RT (R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (R\$)
Graduação	4.326,60		4.326,60
Aperfeiçoamento	4.326,60	324,49	4.651,09
Especialização	4.326,60	648,99	4.975,59
Mestrado	4.326,60	1.622,47	5.949,07
Doutorado	4.326,60	3.731,69	8.058,29

2.3. Em razão das disposições fiscais e orçamentárias, o pagamento da remuneração prevista na Tabela 1 estará condicionado à sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, conforme disposto no inciso 1º do Art. 215 da Medida Provisória Nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024. Portanto, a efetivação dos valores constantes na Tabela 1 somente ocorrerá em folha de pagamento após a aprovação da referida Lei.

2.4. Até a aprovação da LOA 2025, a remuneração seguirá os valores constantes na tabela a seguir:

Tabela 1 - Remuneração dos professores substitutos de acordo com a titulação, conforme Art. 78 da Lei n.º 14.673, de 14 de setembro de 2023

TITULAÇÃO	VB (R\$)	RT (R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (R\$)
Graduação	3.412,63		3.412,63
Aperfeiçoamento	3.412,63	255,94	3.668,57
Especialização	3.412,63	511,90	3.924,53
Mestrado	3.412,63	1.279,74	4.692,37
Doutorado	3.412,63	2.943,39	6.356,02

2.5. A diferença entre os valores previstos na Tabela 1 do item 2.2 e os valores estabelecidos na Tabela 1 do item 2.4 deste Edital será paga de forma retroativa à vigência do contrato, após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.

2.6. Além da remuneração, o Professor fará jus ao pagamento de adicionais de auxílio alimentação, insalubridade/periculosidade, auxílio transporte, condicionados ao exame prévio da Coordenação de Gestão de Pessoas do Campus.

2.7. Caso a remuneração não atinja o Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, será concedida complementação salarial em rubrica específica para atender os termos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, conforme normativos do Ministério da Educação com atualização dos valores.

3. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Em atenção ao Princípio da Razoabilidade, do total de vagas destinadas a cada cargo, 10% serão providos na forma do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/90 e do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações posteriores.

3.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.3. Não se aplica a reserva de vagas a pessoas com deficiência com relação aos cargos que ofereçam menos de cinco (5) vagas.

3.4. Caso a elevação determinada no item anterior resulte num percentual superior ao máximo de 20% determinado pela legislação, não será admitido o arredondamento para convocação de pessoas com deficiência.

3.5. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com deficiência, e a segunda, somente a classificação destes últimos.

3.5.1. A quantidade de candidatos homologados nas duas listas obedecerá ao determinado no Anexo II do Decreto nº 9739/2019.

3.6. Caso haja convocações além do número de vagas originalmente previstas em edital, o percentual de reserva para pessoas com deficiência será aplicado sobre o total de vagas providas desde a abertura deste processo seletivo até a data da nova convocação, abrangendo o número total das convocações e não apenas o número de vagas a serem providas em cada convocação em separado.

3.6.1. A vaga surgida em razão de desligamento de professor contratado em processo seletivo vigente implicará a convocação de candidato da respectiva fila de aprovados, geral ou de pessoas com deficiência, da qual fora convocado o antigo ocupante da vaga recém-desocupada, caso ainda persista o motivo de vaga que gerou a contratação.

3.7. A convocação e a preferência para escolha de Campus, quando da nomeação de candidatos, obedecerá à ordem de classificação no processo seletivo e será realizada de forma alternada e proporcional, nomeando-se o primeiro grupo de candidatos convocados da lista geral e a seguir o primeiro candidato pessoa com deficiência, seguido dos próximos candidatos da lista geral e do segundo pessoa com deficiência, e assim sucessivamente.

3.8. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações posteriores.

3.9 O candidato pessoa com deficiência deverá declarar sua condição no ato da inscrição.

3.9.1. O candidato que não declarar sua condição de deficiente no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

3.10. A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações posteriores, participará deste processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.11. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, se classificado neste processo seletivo, figurará em lista específica e também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo de sua opção.

3.11.1. Se convocado, o candidato deverá submeter-se à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência da qual possui realmente o habilita a concorrer às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

3.11.2. O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.11.3. O candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial munido de laudo médico que ateste o tipo de deficiência em que se enquadra, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.11.4. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.12. As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos pessoas com deficiência, por reprovação neste processo seletivo ou na avaliação biopsicossocial, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

4. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

4.1. Dentre as vagas previstas em edital, 20% (vinte por cento) serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, ou seja, nenhuma vaga imediata.

4.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste Edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 nos termos do §2º do artigo 1º da Lei nº 12.990/2014.

4.1.2. O cálculo da reserva de vagas a que se refere o subitem 4.1 deste edital foi feito com base no total de vagas do edital, nos termos da legislação vigente.

4.1.3. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

4.1.4. A autodeclaração terá validade somente para este certame.

4.1.5. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

4.1.5.1. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do certame e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.1.6. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

4.1.6.1. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas à cota de negros.

4.1.7. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado, se houver.

4.1.7.1. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

4.1.8. A relação preliminar dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990/2014, será divulgada no endereço eletrônico <https://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>. (SE FOR O CASO)

4.1.9. O candidato poderá, declinar da sua autodeclaração, através de requerimento protocolado via email: cogpe.par@ifrn.edu.br. (SE FOR O CASO)

4.1.9.1. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.1.10. A relação definitiva dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990/2014, será divulgada na página eletrônica <https://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>. (SE FOR O CASO)

4.1.11. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem aptos para concorrer às vagas reservadas na forma da Lei nº 12.990/2014 terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral por cargo/especialidade de sua opção.

4.1.11.1. Serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação todas as pessoas optantes pela reserva de vagas classificadas na fase imediatamente anterior à realização do procedimento de heteroidentificação.

4.1.12. Antes da homologação do resultado final do concurso, será designada comissão de heteroidentificação local para a avaliação das autodeclarações, constituída por 5 (cinco) membros, distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

4.1.13. Antes da homologação do resultado final do concurso, a comissão de heteroidentificação local realizará entrevista de com os candidatos autodeclarados, que será convocada em Edital específico, resguardadas as condições de aprovação estabelecidas no edital do concurso, com a finalidade específica e exclusiva de se avaliar o fenótipo dos candidatos ao tempo da realização do procedimento.

4.1.13.1. Não serão considerados, para a entrevista de heteroidentificação, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

4.1.13.2. O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

4.1.13.2.1. O candidato que recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação será eliminado do concurso público, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

4.1.14. O candidato apresentar-se-á para a entrevista constante do subitem 4.1.13 às suas expensas.

4.1.14.1. Excepcionalmente, mediante justificativa motivada pelo candidato e aceita pela Comissão de Processo Seletivo, poderá a entrevista presencial ser realizada por meio de videoconferência, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.

4.1.15. O candidato que for aprovado às vagas destinadas aos negros, quando do comparecimento para a entrevista, deverá assinar formulário padrão, em que se declare pessoa preta ou parda (autodeclaração - Anexo VI).

4.1.16. A avaliação da comissão de heteroidentificação local, quanto à condição de negro, considerará os seguintes aspectos:

- a) a informação prestada no ato de inscrição quanto à condição de negro;
- b) a declaração assinada pelo candidato no curso de ações afirmativas quanto à condição de negro; e
- c) o fenótipo do candidato verificado pessoalmente pelos componentes da Comissão.

4.1.17. O candidato será considerado não enquadrado na condição de negro nos seguintes casos:

- a) não comparecer à entrevista, conforme subitem 4.1.14;
- b) não assinar a declaração de que trata o subitem 4.1.15;
- c) a Comissão considerar, por maioria de votos, o não atendimento do quesito cor ou raça por parte do candidato.

4.1.17.1. O candidato que não comparecer à entrevista, presencial ou telepresencial, por qualquer motivo, não terá direito ao reagendamento desta etapa do concurso.

4.1.18. A Comissão especial elaborará parecer individualizado acerca dos critérios de fenotopia do candidato.

4.1.19. Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas em procedimento de heteroidentificação, permanecerão concorrendo nas vagas destinadas à ampla concorrência, desde que tenham obtido nota suficiente para aprovação, conforme art. 25 da Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023.

4.1.19.1. O candidato que estiver concorrendo concomitantemente nas cotas para negros e pessoas com deficiência, caso não tenha sua autodeclaração confirmada no procedimento de heteroidentificação, permanecerá concorrendo na cota para pessoas com deficiência.

4.1.19.2. A eliminação de candidato por apresentação de autodeclaração falsa ou a não confirmação da autodeclaração pela comissão de heteroidentificação não ensejam o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o procedimento de heteroidentificação.

4.1.20. O candidato eliminado que desejar interpor recurso contra o parecer da comissão de heteroidentificação local poderá fazê-lo conforme cronograma do Anexo II, contadas a partir da divulgação da relação nominal na página eletrônica <https://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>, por meio do e-mail cogpe.par@ifrn.edu.br.

4.1.20.1. Não serão aceitos recursos dos candidatos eliminados das cotas por não comparecimento à entrevista, mas apenas pelo não reconhecimento da condição de negro (questão cor ou raça) verificada pela comissão de heteroidentificação.

4.1.21. A comissão recursal será composta por três integrantes distintos dos membros da comissão de heteroidentificação.

4.1.21.1. Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

4.1.21.2. Havendo necessidade, a pessoa candidata poderá ser convocada para comparecimento presencial perante a Comissão Recursal. O não comparecimento presencial da pessoa candidata perante a Comissão Recursal acarretará a perda do direito à concorrência pela reserva de vagas para esse público.

4.1.21.3. Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

4.1.22. O parecer da comissão recursal será encaminhado eletronicamente para o candidato.

4.1.23. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso ou recurso do recurso.

4.1.24. Na hipótese de a banca constatar falsidade na declaração feita pelo candidato, poderá ser enviada a documentação à Polícia Federal para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente.

4.1.25. O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza, representando, tão somente, que o candidato não se enquadrou nos quesitos de cor ou raça utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que definem a raça negra.

4.1.26. A avaliação da comissão de heteroidentificação quanto ao enquadramento, ou não, do candidato na condição de pessoa negra, terá validade apenas para este concurso.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas a partir das **10h do dia 21 de fevereiro de 2025 até às 23h59 do dia 04 de março de 2025**, conforme CRONOGRAMA PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO no Anexo II deste Edital, exclusivamente via Internet, através do site do IFRN (<http://professorsubstituto.ifrn.edu.br>)

5.2. Em caso de falha ou falta de comunicação relacionada a provedores externos, o IFRN estará isento de responsabilidade.

5.3. Informações sobre o Processo Seletivo Simplificado estarão disponíveis no site do <http://portal.ifrn.edu.br/campus/parnamirim> ou <http://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>, e na sede deste Campus localizado na Rua Antônia de Lima Paiva, 155, Nova Esperança, Parnamirim/RN, CEP 59143-455.

5.4. Para proceder à sua inscrição neste processo seletivo, o candidato deverá:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

II - satisfazer todas as condições do presente Edital, anulando-se todos os atos decorrentes de inscrição efetuada em desacordo com as presentes normas;

III - preencher formulário de requerimento de inscrição através do site do IFRN; (<http://professorsubstituto.ifrn.edu.br>), e efetuar recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 78,00 (setenta e oito reais), através de Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser paga em qualquer agência bancária até a data do vencimento.

5.5. Não serão permitidas alterações de dados que compõem o formulário de requerimento de inscrição após realizada a inscrição.

5.6. Somente serão aceitas inscrições cujo pagamento seja realizado até um (1) dia útil após o término das inscrições.

5.7. A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

5.8. Poderá requerer isenção da taxa de inscrição o candidato que, cumulativamente:

I - comprove inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022; e

II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

5.9. Para o candidato solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, deverá encaminhar sua solicitação, no período das **10h de 21 de fevereiro de 2025 até às 23h59min do dia 26 de fevereiro de 2025**, mediante requerimento próprio (Anexo IV - Requerimento de Isenção), anexando cópias dos seguintes documentos:

I - Documento de identificação;

II - CPF;

III - Comprovante de residência (conta atualizada de energia elétrica, de água ou de telefone fixo, contendo o mesmo endereço indicado no Formulário de Inscrição);

IV - Cartão com o Número de Identificação Social (NIS);

V - Comprovante de Inscrição no processo seletivo;

VI - Requerimento de Isenção (Anexo IV do Edital).

5.9.1. A solicitação de isenção, com todos os documentos, deverá ser realizada, através do serviço de **Protocolo Digital do IFRN**, acessando o endereço eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ifrn>. Para ter acesso ao Protocolo Digital do IFRN, é necessário que o candidato tenha cadastro no Portal GOV.BR. Caso ainda não possua, deverá acessar o endereço eletrônico <https://so.aceso.gov.br/login> e efetuar o cadastro. A documentação deverá estar em formato .pdf com o máximo de 5Mb por arquivo. A solicitação de isenção poderá ser realizada pelo candidato, no período previsto no cronograma, informado no Anexo II deste Edital.

5.9.1.1. O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, constando nome do candidato, número de inscrição, cargo a que concorre e endereço para correspondência, além da comprovação do atestado médico.

5.9.1.2. Os requerimentos sem a devida instrução ou identificação serão indeferidos.

5.9.1.3. É necessário que o candidato ao enviar as informações, via Protocolo Digital, faça referência a este processo seletivo no campo "Assunto" e especifique do que se trata o requerimento no campo "Descrição". Como sugestão, nos casos de isenção, Assunto: "Isenção - Processo Seletivo Substituto Didática ou Mecânica", Descrição: "Solicito isenção de taxa de inscrição referente ao Edital nº XX/2025-DG/PAR/RE/IFRN, Campus: PARNAMIRIM".

5.10. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminado do Processo Seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

5.10.1. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, estará sujeito a:

I - Cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II - Exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após homologação do resultado e antes da assinatura do contrato;

III - Declaração de nulidade do ato de assinatura do contrato, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

5.11. O IFRN consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.12. Para o candidato isento será validada apenas a última inscrição realizada.

5.13. Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

- I - Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- II - Fraudar e/ou falsificar as informações apresentadas;
- III - Não solicitar a isenção no prazo estabelecido no item 5.9.;
- IV - Comprovar renda familiar mensal superior a meio salário mínimo nacional, seja qual for o motivo alegado.

5.14. O Número de Identificação Social – NIS de que trata o inciso IV do item 5.9 deve estar no nome do candidato interessado, não sendo admitido o NIS de terceiros.

5.15. Não será aceito pedido de reconsideração/recurso do indeferimento da isenção.

5.16. O resultado da solicitação de isenção será divulgado na página do processo seletivo (<http://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>), no dia 27 de fevereiro de 2025, de modo a possibilitar, no caso de indeferimento, a inscrição do candidato por meio de recolhimento da taxa de inscrição.

5.17. O candidato cuja solicitação de isenção for indeferida poderá efetuar o pagamento, em conformidade com o prazo contido no item 5.6, devendo gerar a Guia de Recolhimento da União (GRU) por meio da área do candidato no Sistema de Processos Seletivos do IFRN (<https://professorsubstituto.ifrn.edu.br>).

5.18. O candidato que necessitar de condições especiais para realizar as provas, deverá apresentar, via do serviço de Protocolo Digital do IFRN, acessando o endereço eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ifrn>, até o último dia de inscrição, requerimento devidamente instruído com atestado médico, descrevendo a sua necessidade e especificando o tipo de atendimento que a Instituição deverá dispensar no local das provas, para garantir sua participação no Processo Seletivo Simplificado.

5.18.1. O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, constando nome do candidato, número de inscrição, cargo a que concorre e endereço para correspondência.

5.18.2. O requerimento poderá ser apresentado por meio de procuração outorgada pelo candidato por instrumento particular, com firma reconhecida em cartório, ou por instrumento público, dando poderes para tal fim.

5.18.3. Os requerimentos sem a devida instrução ou identificação ou interpostos através de fax, Internet, correio, correio eletrônico serão indeferidos.

5.19. As provas de desempenho e título ocorrerão no *Campus* Parnamirim do IFRN.

5.20. Os locais de realização dos sorteios de temas para as provas de desempenho serão divulgados no sítio do IFRN (<http://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>), em data prevista no Anexo II deste Edital.

6. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1. São requisitos para investidura no cargo:

- I - nacionalidade brasileira;
- II - gozo dos direitos políticos;
- III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - nível de escolaridade e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;
- V - idade mínima de 18 anos;
- VI - aptidão física e mental, comprovada através de avaliação clínica médico-ocupacional e laboratorial realizada pelo serviço médico do IFRN.

6.2. A não apresentação dos comprovantes exigidos no item 6.1 implicará o não aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se os atos ou efeitos decorrentes da inscrição deste processo seletivo.

6.3. Não poderá ser novamente contratado o candidato que, tendo sido Professor Substituto nesta ou em outra Instituição Federal de Ensino, no Brasil, não tenha completado 24 (vinte e quatro) meses de interstício desde o final do seu último contrato, ou que esteja com o contrato em vigor, de acordo com o artigo 9º, Item III, da Lei 8.745/93, alterada pela Medida Provisória 1887-46, de 24 de setembro de 1999.

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma Prova de Desempenho (eliminatória e classificatória) e de uma Prova de Títulos (classificatória).

7.2. À Prova de Desempenho será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo considerado candidato habilitado nesta prova aquele que obtiver o mínimo de 60 (sessenta) pontos.

7.3. Não haverá, sob qualquer pretexto, segunda chamada para as provas e/ou realização destas fora dos locais e horários determinados.

7.4. O comprovante de habilitação e requisito mínimo, constante do Anexo I deste Edital, somente será exigido no ato de contratação, quando o candidato deverá apresentar o(s) Diploma(s) ou Certificado(s) de Conclusão de Curso, em consonância com o PARECER 365/2023/DAJ/COLEP/CGGP/SSA do Ministério da Educação, não sendo aceitos Boletim ou Histórico Escolar.

7.5. As provas do presente processo seletivo simplificado serão realizadas, em sua totalidade, na forma presencial.

8. SORTEIO

8.1. Os sorteios de temas para as provas de desempenho serão realizados em data prevista no Anexo II deste Edital, no IFRN - *Campus Parnamirim*, localizado à Rua Antônia de Lima Paiva, 155, Nova Esperança, Parnamirim/RN, CEP 59143-455, Sala da Coordenação de Gestão de Pessoas.

8.2. O sorteio do tema do candidato ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Prova de Desempenho, com tolerância máxima de 15 minutos de atraso para cada candidato, perante os membros da Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, sendo o assunto escolhido dentre os apresentados nos TEMAS PARA AS PROVAS DE DESEMPENHO, constantes no Anexo III deste Edital, para a Matéria/Disciplina específica, com reposição dos temas já selecionados a cada novo sorteio.

8.3. No ato do sorteio do tema para a Prova de Desempenho, o candidato receberá, em formulário próprio, devidamente carimbado e assinado pelo responsável pelo sorteio, os dados referentes ao dia, horário, local e tema para realização da Prova de Desempenho, bem como as informações sobre os recursos didáticos e audiovisuais que estarão disponíveis.

8.4. A ordem de realização do sorteio do tema e a ordem de apresentação da Prova de Desempenho será definida, de acordo com a ordem de confirmação de inscrição do candidato.

8.5. O sorteio da ordem de apresentação, bem como do tema, será realizado na presença do candidato, munido de documento de identificação, perante membros da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

8.6. O candidato que não comparecer ao sorteio estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

8.7. A divulgação das datas, horários e locais para os sorteios dos temas da Prova de Desempenho estará disponibilizado, conforme o prazo previsto neste edital, no sítio deste *Campus* no endereço: <http://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>.

8.8. Os sorteios dos temas das provas de desempenho serão realizados utilizando a funcionalidade disponível no site <https://random.org>.

9. DA PROVA DE DESEMPENHO

9.1. A Prova de Desempenho consistirá de uma aula expositiva de 45 (quarenta e cinco) minutos, de acordo com o tema sorteado, e terá o objetivo de avaliar os conhecimentos específicos e a capacidade didático-pedagógica do candidato.

9.2. A Prova de Desempenho será composta de uma Aula Expositiva realizada, perante banca examinadora composta por três (3) profissionais da área da Matéria/Disciplina e/ou da área de Educação.

9.2.1. Em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2021-DIGPE/IFRN, de 20 de outubro de 2021, Art. 20, a banca examinadora será constituída por três servidores titulares e até três suplentes, que atuará em SUBSTITUIÇÃO à banca examinadora citada no subitem 9.2 em casos de necessidades inadiáveis.

9.2.2. De acordo com o que determina o art.13, §3º do Decreto Federal nº 6.944/2009, as provas de desempenho serão gravadas para efeito de registro e avaliação.

9.2.3. As avaliações serão realizadas em sessão privativa, apenas com as presenças do candidato, da banca avaliadora e dos membros da comissão organizadora, e constará de aula expositiva sobre tema a ser sorteado entre os temas previstos no edital.

9.2.4. Durante a realização das provas, não será permitido o acesso do candidato portando arma, celular (ligado ou não), relógio eletrônico, calculadora, câmera fotográfica ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico, dicionário, apostila, livro, "dicas" ou qualquer outro material didático do mesmo gênero, bonê, corretivo líquido, borracha, óculos escuros e outros.

9.3. Para ter acesso ao local da prova, o candidato assinará ficha de frequência e deverá apresentar carteira de identidade, expedida pelas Secretaria de Segurança Pública ou pelas Forças Armadas,

Policia Militar, Ordens ou Conselhos, que, por lei federal, tenha validade como documento de identidade e que possibilite a conferência da foto e da assinatura, ou Carteira Profissional, Passaporte ou Carteira de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97.

9.4. Os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados na apresentação oral são de escolha e responsabilidade de cada candidato. A Instituição disponibilizará computador *desktop*, equipamento de multimídia, quadro branco e pincel.

9.5. O candidato deverá chegar ao local de prova com até 15 (quinze) minutos de antecedência do horário previsto para o início da prova.

9.6. O plano de aula é item obrigatório da prova didática, devendo o candidato entregar 3 (três) vias impressas à Banca Examinadora, sob pena de eliminação do processo seletivo.

9.6.1. O candidato que não entregar o Plano de Aula em três (3) vias impressas à banca examinadora, não poderá realizar a atividade e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

9.7. Cada membro da banca examinadora atribuirá uma nota independente, de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, e a nota final da Prova de Desempenho do candidato será a média aritmética simples das notas dos avaliadores com arredondamento para o número inteiro mais próximo (0,5 arredonda para 1).

9.8. A avaliação da Prova de Desempenho consistirá da análise dos itens descritos a seguir, com a respectiva pontuação máxima:

Item	Descrição	Pontuação Máxima
Plano de Aula	Apresentação do plano e composição; qualidade do material (ortografia; layout; tipografia); coerência e clareza dos objetivos; coerência entre objetivos e conteúdos; procedimentos metodológicos; recursos didáticos e audiovisuais; avaliação e execução do plano; referências bibliográficas.	10 pontos
Conteúdos Utilizados	Organização dos conteúdos (introdução, desenvolvimento e conclusão); abordagem subjacente à prática; atualidade das informações e adequação ao nível da turma; sequência e estrutura dos pontos principais; motivação e criatividade; coerência entre plano e aula; domínio e segurança; avaliação.	40 pontos
Procedimentos Didáticos	Emprego apropriado dos recursos didáticos; clareza na comunicação; utilização do tempo; introdução, desenvolvimento e conclusão da aula; fixação e verificação da aprendizagem.	45 pontos
Requisitos Pessoais	Interação professor-aluno; pontualidade; domínio de classe; postura profissional adequada.	5 pontos
Total		100 pontos

10. DA PROVA DE TÍTULOS

10.1. A Prova de Títulos terá caráter classificatório, sendo considerada pela banca examinadora, nessa avaliação, a formação universitária e a experiência profissional do candidato.

10.2. Não serão avaliados os títulos de candidato que obtiver média inferior a 60 pontos na Prova de Desempenho.

10.3. Os títulos constantes da Prova de Títulos serão avaliados por banca examinadora composta por três (3) profissionais da área específica da disciplina ou da área de Educação.

10.4. À Prova de Títulos será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

10.5. O candidato deverá apresentar, no ato da realização da da Prova de Desempenho, a comprovação de todos os títulos que serão analisados pela banca examinadora (cópias impressas acompanhadas dos originais), e receberá comprovante de entrega da documentação.

10.5.1. As cópias deverão compor um único documento obrigatoriamente encadernado em espiral e com todas as folhas numeradas manualmente com caneta esferográfica azul ou preta.

10.6. As informações relativas à tabela abaixo, deverão ser comprovadas mediante a apresentação das cópias de Declarações, Certidões, Diplomas, Certificados. Os documentos comprobatórios deverão seguir a ordem disposta na tabela abaixo.

10.7. Os títulos considerados na Prova de Títulos estão descritos a seguir: a Tabela 1 refere-se à disciplina de Didática, e a Tabela 2, à disciplina de Mecânica, com seus respectivos valores:

Tabela1: Títulos para candidatos da disciplina de Didática

DESCRIÇÃO	VALOR	
a) Título de Doutorado, por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	60 pontos	
b) Título de Mestrado, por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	50 pontos	
c) Título de Especialista, por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e aproveitamento.	40 pontos	
d) Exercício de Magistério (inclusive exercício como tutor), na área da matéria de Didática objeto do Processo Seletivo	Em Instituição Federal de Educação Tecnológica (IFRN, CEFET, Escola Técnica, Escola Agrotécnica, Colégio Pedro II), com valor de 03 pontos por semestre.	Máximo (**) 24 pontos
	No ensino superior em outras instituições de ensino, com valor de 02 pontos por semestre.	Máximo (**) 16 pontos

Tabela2: Títulos para candidatos da disciplina de Mecânica

DESCRIÇÃO	VALOR	
a) Título de Doutorado, por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	60 pontos	
b) Título de Mestrado, por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	50 pontos	
c) Título de Especialista, por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e aproveitamento.	40 pontos	
d) Exercício de Magistério (inclusive exercício como tutor), na área da matéria Mecânica objeto do Processo Seletivo	Em Instituição Federal de Educação Tecnológica (IFRN, CEFET, Escola Técnica, Escola Agrotécnica, Colégio Pedro II), com valor de 03 pontos por semestre.	Máximo (**) 16 pontos
	No ensino superior em outras instituições de ensino, com valor de 02 pontos por semestre.	Máximo (**) 12 pontos
	No ensino médio em outras instituições de ensino, com valor de 02 pontos por semestre.	Máximo (**) 12 pontos

10.8. Para os detentores de títulos de pós-graduação em diversos níveis só será considerado o de maior nível.

10.9. Só serão considerados válidos os títulos de pós-graduação apresentados na forma de diploma ou certificado devidamente reconhecido pelo MEC, sendo inválidas as comprovações por apresentação de atas de defesa, declarações ou certidões.

10.10. Os títulos referente a letra "d" serão admitidos mediante comprovação através de carteira de trabalho, certidão de tempo de serviço, contrato de trabalho ou outros documentos comprobatórios desde que aptos a comprovar a autoria e/ou a participação nas atividades acadêmico-pedagógicas, assinados por representante da instituição emissora em papel timbrado, obrigatoriamente com as seguintes informações devidamente expressas: datas de início e fim do vínculo e descrição do cargo ocupado.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberão recursos contra o resultado das Provas de Desempenho e de Títulos.

11.2. Para interpor recursos, o candidato deverá formular processo administrativo junto ao IFRN, em formulário próprio constante neste edital (Anexo V), com a devida fundamentação para discordância do ato oficial praticado pela comissão de concurso ou banca examinadora.

11.2.1 A solicitação deverá ser realizada através do serviço de Protocolo Digital do IFRN, acessando o endereço eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ifrn>. Para ter acesso ao Protocolo Digital do IFRN, é necessário que o candidato tenha cadastro no Portal GOV.BR. Caso ainda não possua, deverá acessar o endereço eletrônico <https://sso.aceeso.gov.br/login> e efetuar o cadastro até o prazo definido no item 11.6.

11.2.1 É necessário que o candidato ao enviar as informações, via Protocolo Digital, faça referência a este processo seletivo no campo "Assunto" e especifique do que se trata o requerimento

no campo "Descrição". Como sugestão, nos casos de interposição de recursos, Assunto: "Processo Seletivo Substituto Didática ou Mecânica", Descrição: "Interposição de recursos contra resultado da prova escrita, ou prova títulos ou desempenho referente ao Edital nº XX/2025-DG/PAR/RE/IFRN, Campus: PARNAMIRIM".

11.3. O candidato que interpuser recurso contra a prova de desempenho deverá discriminar quais os itens da prova (Plano de Aula, Conteúdos Utilizados, Procedimentos Didáticos, Requisitos Pessoais) deseja serem reavaliados.

11.3.1. A banca de avaliação reexaminará a aula gravada no dia da Avaliação de Desempenho do candidato requerente, ratificando ou retificando a(s) nota(s) originalmente concedida(s).

11.4. O candidato que interpuser recurso contra a prova de títulos deverá discriminar quais os títulos deseja serem reavaliados.

11.5. Poderá haver interposição de recurso por meio de procuração outorgada pelo candidato por instrumento particular, com firma reconhecida em cartório, ou por instrumento público, dando poderes para tal fim.

11.6. O candidato, ou seu bastante procurador, deverá ingressar com o recurso das 08h00min às 23h59min sempre no dia útil seguinte ao da divulgação do resultado preliminar/parcial, conforme cronograma do Anexo II

11.7. Os resultados dos recursos serão divulgados conforme cronograma no Anexo II deste edital, no sítio do IFRN (<http://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos>).

12. DOS RESULTADOS

12.1. Os resultados de cada prova e o resultado final do processo seletivo serão divulgados no sítio do IFRN *Campus* <http://portal.ifrn.edu.br/campus/parnamirim> ou <http://portal.ifrn.edu.br/processos-seletivos> conforme o calendário no Anexo II.

12.2. A nota final dos candidatos habilitados, para fins classificatórios, será calculada pela média ponderada das notas das diversas etapas, sendo o peso da Prova de Desempenho oito (7), e o peso da Prova de Títulos dois (3).

12.3. O preenchimento das vagas, por Matéria/Disciplina e por *Campus*, dar-se-á através de processo classificatório, obedecendo à ordem decrescente da nota final dos candidatos que se submeterem a todas as provas e forem considerados habilitados nas provas eliminatórias.

12.4. Em caso de igualdade de pontos na nota final, terá preferência, para efeito de classificação, sucessivamente, o candidato que:

I - tiver idade igual ou superior a 60 anos (artigo 27, parágrafo único da Lei nº. 10.741/03);

II - tiver maior pontuação na Prova de Desempenho;

III - possuir maior titulação acadêmica;

IV - tiver maior idade; ou

V - for sorteado.

13. DA CONTRATAÇÃO E VALIDADE

13.1. O Processo Seletivo terá validade de dois (2) anos, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período.

13.2. Havendo desistência de algum candidato convocado para contratação, poderá ser substituído pelo próximo candidato melhor colocado, sendo o sendo o candidato que teve a desistência reclassificado para final da lista.

13.3. A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico (VB) acrescido de Titulação, se houver, para cada candidato aprovado a ser contratado e outras previsões legais. O contrato será feito com base nas Leis 7.596/87, 8.745/93 e 9849/99.

14. DO APROVEITAMENTO DO CANDIDATO

14.1. O candidato habilitado será convocado para contratação, rigorosamente de acordo com a classificação obtida, por um período inicial máximo de até 12 (doze) meses, podendo ocorrer prorrogações subsequentes ao tempo de duração inicial. O período total de contratação do servidor não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses, conforme Lei nº 8.745/1993.

14.2. Havendo desistência de algum candidato convocado para contratação, poderá ser substituído pelo próximo candidato mais bem colocado.

14.3. Por necessidade do ensino e de acordo com a especialidade do candidato, este poderá ser remanejado para lecionar disciplina diversa daquela para a qual prestou processo seletivo.

14.4. No interesse da Administração Federal e com a anuência do candidato habilitado, este poderá ser contratado para lotação em outro *Campus* do IFRN diferente daquele para o qual fez a inscrição.

14.5. O candidato classificado será convocado para contratação por correspondência eletrônica para o e-mail constante na Ficha de Inscrição, e/ou, quando não for possível o contato por via eletrônica, por correspondência direta para o endereço constante na Ficha de Inscrição, obrigando-se a declarar, por escrito, se aceita ou não o cargo.

14.5.1. O não pronunciamento do convocado no prazo de cinco (5) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação, permitirá ao IFRN convocar o próximo candidato habilitado.

14.5.2. Para fins de possível convocação, o candidato habilitado será responsável pela correção e atualização de endereço e telefones, durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado.

14.5.3. Assinando declaração de que aceita o cargo, o candidato terá trinta dias para apresentar a documentação necessária à contratação.

14.6. O candidato convocado deverá apresentar, para efeito de contratação:

14.6.1. Documentos:

I - Declaração de acumulação de cargos;

II - Declaração de bens e valores;

III - Declaração da Junta Médica Oficial do IFRN sobre exame de sanidade e capacidade física (a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial - Art. 14 da Lei nº. 8.112/90);

IV - Declaração de que não está recebendo auxílio-desemprego;

V - Uma fotografia 3x4;

VI - Dados bancários com números de banco, agência e conta corrente (não é aceita conta-poupança).

14.6.2. Fotocópia de Documentos:

I - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II - Número de PIS/PASEP devidamente registrado;

III - Cédula de Identidade;

IV - Certidão de nascimento ou de casamento;

V - Certidão de nascimento de filhos dependentes (filhos menores de 21 anos ou menores de 24, se estudantes, e/ou filhos incapazes);

VI - Certificado de reservista ou equivalente (se o candidato for do sexo masculino);

VII - Comprovante de escolaridade;

VIII - Título de eleitor juntamente com comprovante de quitação eleitoral;

IX - Carteira de trabalho (folhas de número e série e folha do 1º emprego);

X - Cédula de Habilitação/ Carteira de Motorista;

XI - Comprovante de residência (boleto de água, luz, telefone, etc.).

XII - Exames necessários para a Junta Médica, conforme lista a ser entregue pelo IFRN.

14.7. A contratação dar-se-á pela assinatura do respectivo contrato.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:

I - burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital;

II - dispensar tratamento inadequado, incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida no Processo Seletivo Simplificado, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos relativos ao referido processo;

III - tiver cometido falsidade ideológica com prova documental.

- 15.2. Não deverá ser contratado o candidato que for servidor da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo nos casos previstos no inciso XVI, letras "a", "b" e "c" do artigo 37 da Constituição Federal e com a comprovação formal de compatibilidade de horário.
- 15.3. A inexistência das afirmativas ou a falsidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente à realização do Processo Seletivo Simplificado, implicarão eliminação sumária do candidato, ressalvado o direito de ampla defesa, sendo declarados nulos, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.
- 15.4. A classificação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato aprovado o direito ao ingresso automático no cargo, mas a expectativa de nele ser admitido, seguindo a ordem de classificação. A concretização desse ato fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes e ao interesse, juízo e conveniência da Administração do IFRN.
- 15.5. Serão incorporados ao presente Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais e normas complementares que vierem a ser publicados pelo IFRN com vistas ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.
- 15.6. A inscrição no Processo Seletivo Simplificado implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do teor deste Edital e das Instruções Específicas, expedientes dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 15.7. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos resultados das etapas do Processo Seletivo e das convocações para o preenchimento de vagas.
- 15.8. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado e encaminhados, se necessário, ao Reitor do IFRN.

PAULO VITOR SILVA
Diretor-Geral do *Campus* Parnamirim
(Portaria nº 1.782/2020-RE/IFRN, de 21/12/2020, publicada no DOU de 22/12/2020)

ANEXO I – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS, MOTIVOS E CADASTRO DE RESERVA - CAMPUS PARNAMIRIM

Cargo(s): Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Substituto - Classe/nível: D-I-1

VAGAS

Matéria/ Disciplina	Vagas	Habilitação / requisito mínimo	Regime de Trabalho
Didática	01	Licenciatura em Pedagogia	40h
Mecânica	01	Graduação em Engenharia de Mecânica	40h

MOTIVOS DE CONTRATAÇÃO

Matéria/ Disciplina	Motivação	Professor Titular
Didática	Afastamento para pós graduação	Xenia Silva Gomes Brandao
Mecânica	Nomeação para ocupar cargo de direção - Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional	Raphael Siqueira Fontes

CADASTRO DE RESERVA

Matéria/Disciplina	Vagas Iniciais do Concurso	Lista Geral	Pessoas com Deficiência (Dec. nº. 3.298/1999) 10%	Pessoas Negras (Lei nº. 12.990/2014) 20%	Total
Didática	01	04	01**	00***	05
Mecânica	01	04	01**	00***	05

Caso não haja candidatos com deficiência habilitados, a lista geral irá dispor de 5 vagas.

**Não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência para provimento imediato em razão do quantitativo oferecido, sendo mantido cadastro de reserva (SE FOR O CASO).

*** Não haverá reserva de vagas para negros para provimento imediato em razão do quantitativo oferecido, sendo mantido cadastro de reserva (SE FOR O CASO).

ANEXO II – CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO	PERÍODO PREVISTO
Publicação do edital	20/02/2025
Inscrições	21/02/2025 a 04/03/2025
Requerimento de candidatos com condições especiais	
Requerimento de isenção	21/02/2025 a 26/02/2025
Resultado do requerimento de isenção	27/02/2025
Homologação das inscrições e divulgação das datas e horários para a realização dos sorteios dos temas	08/03/2025
Início da realização de sorteios de temas para Prova de Desempenho	10/03/2025
Início da realização da Prova de Desempenho e entrega dos Títulos	11/03/2025
Resultado Parcial da Prova de Desempenho e Títulos	02 (dois) dias úteis após a prova de desempenho do último candidato
Recursos contra a pontuação da Prova de Desempenho e Títulos	1º (primeiro) dia útil após a divulgação do Resultado Parcial
Resultado Final do Processo Seletivo	02 (dois) dias úteis após a data para Interposição de recursos
RESULTADO FINAL - HOMOLOGAÇÃO	1º (primeiro) dia útil após a divulgação do Resultado Final

DIDÁTICA

1. Tendências pedagógicas e os processos de ensino e aprendizagem;
2. O planejamento de ensino e seus componentes na prática educativa;
3. Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas;
4. Currículo: Implicações didático metodológicas;
5. A prática docente frente às novas tecnologias aplicadas ao ensino.

MECÂNICA

1. Usinagem Mecânica: torneamento e fresamento;
2. Usinagem por Comando Numérico Computadorizado (CNC);
3. Desenho Técnico Mecânico;
4. Metrologia Dimensional;
5. Processo de Fabricação: conformação de metais e processamento de polímeros.

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

Ilmo Sr. Presidente da Comissão de Processo Seletivo para PROFESSOR SUBSTITUTO, eu _____, CPF nº _____, RG nº _____, residente à _____, Complemento _____, requeiro a V.Sa. **ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital _____/2025-DG/PF/RE/IFRN para a matéria/disciplina de _____, Campus Pau dos Ferros.

Informo, para tanto, que estou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico sob Número de Identificação Social (NIS) _____ (comprovante em anexo).

Declaro, ainda, que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

Nestes termos, peço deferimento.

Parnamirim/ RN, _____ de _____ 2023.

ASSINATURA DO REQUERENTE

ANÁLISE DO REQUERIMENTO (reservada à Comissão): ____ Deferido / ____ Indeferido

ANEXO V – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Senhores Membros da Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, do IFRN *Campus* Pau dos Ferros, regido pelo Edital _____/2025-DG/PF/RE/IFRN, de _____/_____/_____, Eu _____, endereço: _____, telefone: _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, inscrito para matéria/disciplina: _____ venho pelo presente, expor e requerer:

Nestes termos, pede deferimento.

_____/RN, ____/____/____.

(Assinatura do requerente)

DESPACHO DA BANCA EXAMINADORA:

_____/RN ____/____/____.

(Avaliador 1)

(Avaliador 2)

(Avaliador 3)

ANEXO VI - AUTODECLARAÇÃO DE COR / RAÇA

Eu, _____, CPF _____, pessoa candidata no concurso público deflagrado e regido pelo Edital nº. xx/2023-Reitoria/IFRN, concorrendo ao cargo de _____, sob nº. de inscrição _____, me autodeclaro _____.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis e que poderei perder o vínculo com a instituição, a qualquer tempo.

Natal/RN, Data: ____ de ____ de _____.

Assinatura da pessoa candidata

Documento assinado eletronicamente por:

▪ Paulo Vitor Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/PAR, em 20/02/2025 14:14:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 844950
Código de Autenticação: 2487228776

